

MEMÓRIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIAPO

Data: 23 de junho de 2017 (sexta-feira)

Horário: de 14h às 18h

Local: Sala de Reuniões do 14º andar (SBN - Quadra 1 - Edifício Palácio do Desenvolvimento)

Representações presentes: ANVISA, CONAB, EMBRAPA, FNDE, MAPA, MCTIC, MDS, MEC, MMA, MS, SEAD/CC, SEGOV/PR (*lista de presença em anexo*).

Pauta Discutida:

- 1 - Aprovação da memória anterior e da pauta sugerida
- 2 - Atualização Planapo - à luz de encaminhamentos sobre Pronara e GT Agrotóxicos
- 3 - GTs e STs – instâncias CIAPO e CNAPO (+ Nomeações)
- 4 - Situação Regimento Interno CIAPO
- 5 - Reunião Mesa Coordenadora CNAPO 27/6
- 6 - CBA 2017
- 7 - Seminários Agroecologia

SÍNTESE DO TÓPICO & ENCAMINHAMENTOS:

1 - APROVAÇÃO DA MEMÓRIA ANTERIOR E DA PAUTA SUGERIDA

- A memória da reunião anterior (1ª reunião extraordinária – 5 de maio de 2017) foi aprovada pelos presentes. A pauta também foi aprovada, reforçando a importância do ponto 2 na presença dos representantes que pudessem assinar pelos órgãos.

2 - ATUALIZAÇÃO PLANAPO (À LUZ DE ENCAMINHAMENTOS SOBRE PRONARA E GT AGROTÓXICOS)

2.1 - Conclusão do processo de atualização técnica do Planapo 2016-2019

2.1.1 - Coordenando os trabalhos pela SE-CIAPO, o Coordenador de Agroecologia da SEAD/CC introduziu o ponto, contextualizando a demanda que se estabeleceu para a divulgação do Planapo 2016-2019, acentuada a partir do lançamento do portal “agroecologia.gov.br”, em 31 de maio de 2017, por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar.

2.1.2 - O impasse deve-se ao fato de que alguns órgãos questionavam a versão publicada no DOU em maio de 2016, tanto porque à época a Portaria foi assinada pelos titulares de apenas dois órgãos (a SEGOV/PR, e o MDA, hoje SEAD/CC), como porque já há posicionamento oficial contrário àquela publicação por parte de pelo menos um órgão, o MAPA, manifestando-se a favor que o Planapo tenha continuidade, porém fazendo exceção a uma das metas então publicadas (a meta 7).

2.1.3 - Por outro lado, a partir dos processos de revisão iniciados a partir de outubro de 2016, intensificados a partir das interações com as áreas técnicas visando a coleta de dados para o monitoramento relativo ao exercício de 2016, houve um processo de atualização técnica (*cf. Quadro 1*), com ajustes nas metas e iniciativas feitos pelas respectivas áreas, devidamente formalizado por meio de reuniões e comunicações institucionais entre os responsáveis técnicos (*cf. Quadro 2*).

2.1.4 - Porém, como esta atualização técnica ainda não foi publicada de modo oficial, estabeleceu-se o impasse, na medida em que nem uma versão nem outra poderia ser incluída no portal. Por ora, foi encaminhado que seja mantido no portal apenas textos genéricos sobre o Planapo nas abas correspondentes, mas sem detalhamento de metas e iniciativas.

Quadro 1 – Histórico dos processos de atualização técnica + propostas 29ª reunião CIAPO

<ul style="list-style-type: none"> • 1ª publicação no DOU = 5 de maio/2016 • Revisão/Revalidação deliberada na CIAPO/CNAPO em setembro/2016 • Processo iniciado a partir de outubro/2016 (Ofício Circular Sead/CC/PR n. 9/2016) • Revalidação pela CNAPO em novembro/2016 (só revisaram metas alteradas) • 27ª reunião da CIAPO em fevereiro/2017 – aprovação proposta de monitoramento (exercício 2016) • Processo de monitoramento com atualização paralela – entre março e abril/2017 • Principais alterações e justificativas de revisão/atualização – comunicações institucionais (ofícios e/ou e-mails institucionais das áreas técnicas responsáveis) • PROPOSTA CIAPO: Documento de consolidação da atualização 2017 (29ª reunião – junho) • PROPOSTA CIAPO: Apresentação na CNAPO (agosto 2017)

Quadro 2 – Reuniões + Comunicações institucionais – atualização 2017 com respectivas áreas técnicas

INSTITUIÇÃO	REUNIÃO TÉCNICA PRESENCIAL 2017	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
ANVISA	* 22/02/2017 (Coaci)	* Ofício n. 381/2017/CG/GADIP/ANVISA, de 28/03/2017 (encaminha Nota Técnica n. 002/2017/COACI/GGCOF/ANVISA)
EMBRAPA		NÃO HOUVE ALTERAÇÃO em relação ao publicado no DOU em 05/2016
FUNAI		NÃO HOUVE ALTERAÇÃO em relação ao publicado no DOU em 05/2016
INCRA		* Coord. Projs. Assentamento: Emails institucionais de 4/11, 18/11 e 21/11/2016 (Débora Guimarães)
MAPA	16/03/2017 (Coagre) 10/04/2017 (Coagre)	* Ofício n. 450/2017/SE/MAPA - geral Planapo *Emails institucionais de 06/06/2017 (SE-CIAPO) e 22/06/2017 (Virginia Lira) - detalhado área técnica
MDS	* 16/02/2017 (Sesan)	* SESAN: Emails institucionais de 27/03/2017 (SE-CIAPO) e 28/03/2017 (Elisângela Sanches)
MEC		* Ofício n. 13/2017/ADJUNTO/SE/SE-MEC, de 10/05/2017 (encaminha Nota Técnica n. 00427/2017/CONJURMEC/CGU/AGU e respectivas manifestações das áreas técnicas consultadas).
MEC/FNDE		OBS: FNDE não teve alteração em relação ao publicado no DOU em 05/2016. Apenas confirmou iniciativas no Ofício.
MMA	* SEDR/DEX - 07/03/2017 * SEDR/DRS - 27/03/2017	* SBIO/Depto Conservação e Manejo de Espécies: Emails institucionais de 15/02 e 10/03/2017 (SE-CIAPO), e 21/02 e 17/03/2017 (Camila Oliveira) * SEDR/Depto Extrativismo: Emails institucionais de 20/03 e 27/03/2017 (SE-CIAPO), e 27/03/2017 (Gabriel Domingues) * SEDR/Depto Desenv. Rural Sustentável: Emails institucionais de 28/03/2017 (SE-CIAPO), 04/04/2017 (Cláudio Santos) e de 06/04/2017 (Allan Milhomens)
MMA/ICMBIO	20/03/2017	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO em relação ao publicado no DOU em 05/2016
MMA/SFB	07/03/2017	* SFB/Gerência de Desenv. Florestal: Emails institucionais de 09 e 13/03/2017 (SE-CIAPO), e 10 e 30/03/2017 (Cristina Galvão)

MS	06/03/2017	*SAS/DAB/CGAN: Emails institucionais de 09 e 17/03/2017 (SE-CIAPO), e 09 e 14/03/2017 (M. Fátima Carvalho) OBS: Demais áreas do MS não tiveram alteração em relação ao publicado no DOU em 05/2016.
SEGOV/PR		*SNAS/DDS (SE-CNAPO): Emails institucionais de 28/06/2017 (SE-CIAPO), e 28 e 29/06/2017 (Rogerio Neuwald)
SEAD/CC/PR	* SDR/CGAT - 16/02/2017 * SAF/CGFAT - 02/03/2017 * SAF/CGAPS - 08/03/2017 * SAF/CGDE - 08/03/2017 * SAF/CGSEAF - 13/03/2017 * SAF/CGFATER - 03/04/2017 * SAF/CGISATER e CGAAFI - 03/04/2017 * SAF/CGFP - 04/04/2017	*SDR/CGAT: Emails institucionais de 20/02/2017 (SE-CIAPO), e 03/03/2017 (Patrícia Nogueira) *SAF/CGAPS: Emails institucionais de 15/03/2017 (SE-CIAPO), e 16/03/2017 (Raquel Martins) *SAF/CGDE: Emails institucionais de 09/03/2017 (SE-CIAPO), e 23/03/2017 (Rafael Cabral) *SAF/CGFATER: Emails institucionais de 02/03/2017 (SE-CIAPO), e 03/03/2017 (Ricardo Reis)

2.1.5 – Visando avançar na consolidação unificada deste processo, os materiais contendo a versão pós-atualização técnica foram socializados com os membros da CIAPO por email desde o final de abril / início de maio de 2017, incluindo material complementar de comparação entre as duas versões (DOU 2016 X atualização 2017), sendo reforçado que cada órgão revisasse as ações sob sua responsabilidade direta. Além disso, na 29ª reunião, foram distribuídas cópias impressas separadas por instituição aos respectivos representantes presentes, para que pudessem novamente conferir o que já estava consolidado com suas áreas.

2.1.6 - A SEGOV/PR foi o único órgão a solicitar na 29ª reunião novos ajustes pontuais (alterações em prazo de execução e acréscimo de órgãos parceiros, além da inclusão de uma nova iniciativa relativa à realização dos Seminários Regionais de Agroecologia). A comunicação institucional a respeito desses ajustes foi concluída entre os dias 28 e 29 de junho (conforme *Quadro 2*).

2.1.7 - À parte os ajustes incluídos pela SEGOV/PR, o único ponto que faltaria conciliar na atualização diz respeito à meta relativa ao Pronara (meta 7). Após esclarecimentos e debate sobre propostas de encaminhamento, e considerando a necessidade de avançar nas demais iniciativas que também compõem o Plano para além do Pronara, a CIAPO consensuou na sua 29ª reunião que a meta 7 constará com indicativo de que permanece “em processo de ajuste e atualização”, enquanto paralelamente se desenrolam os encaminhamentos para avançar nestes ajustes do Pronara (cf. ponto 2.2). Também se acordou que a versão atualizada não seja colocada do Portal antes de ser apresentada na próxima plenária da CNAPO, agendada para os dias 2 e 3 de agosto de 2017.

2.1.8 - Diante deste encaminhamento, os representantes presentes na 29ª reunião da CIAPO (cf. ANEXO 1 - Lista de Presença 29ª reunião) concordaram em assinar documento único, construído coletivamente pelo colegiado na própria reunião, de modo a consolidar a revisão que já tinha sido feita junto a cada área em separado, e fazendo a devida ressalva ao encaminhamento sobre a meta do Pronara (ANEXO 2 - Documento de consolidação da Atualização Técnica do Planapo).

2.1.9 - A nova versão finalizada da atualização, já incluindo a decisão do colegiado sobre a meta 7 e os ajustes da SEGOV/PR, segue em anexo (ANEXO 3 - Planapo atualizado 2017). Ao todo, o Planapo consta agora com 29 metas e 185 iniciativas.

2.1.10 - Após a socialização desta versão atualizada do Planapo junto à plenária da CNAPO, esta poderá ser disponibilizada no Portal na área prevista sobre o plano, desde que contendo o indicativo de “meta em processo de ajuste e atualização” no caso da meta 7.

2.2 – Encaminhamentos sobre GT Agrotóxicos e articulação interinstitucional sobre Pronara

2.2.1 - No Ofício 450/2017/SE-MAPA, de 8 de maio de 2017, o órgão “se posiciona favoravelmente ao avanço da implementação do Planapo 2016-2019, com exceção da Meta 07, que trata da implementação e monitoramento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – PRONARA, que deverá ser incluído após a realização de discussões e ajustes necessários para o alinhamento de alguns pontos do Programa, junto aos demais envolvidos” (**ANEXO 4 - Ofício 450/2017 – MAPA**).

2.2.2 - Diante deste posicionamento, conforme relatos da SEAD/CC e SEGOV/PR, foram iniciadas agendas bilaterais feitas em junho com o objetivo de movimentar o MAPA e “os demais envolvidos” no tema do Pronara, em especial o MMA e o MS (e instituições vinculadas a estes órgãos), além das próprias SEAD/CC e SEGOV/PR.

2.2.3 - Em relação à proposta de reunião mediada pela Casa Civil, acordada em reunião anterior da CIAPO, foi feita uma reavaliação de que não seria oportuno envolver este órgão já neste momento, em que proposta ainda não estaria devidamente alinhada entre os principais órgãos envolvidos. Portanto, a estratégia passa primeiro por agendas para encaminhar tecnicamente entre estes órgãos, antes de chegar à Casa Civil (e se for necessário chegar).

2.2.4 - Debateu-se na CIAPO que, como o MAPA respondeu que haveria pontos do Programa a serem ajustados, seria preciso inicialmente reunir os principais atores envolvidos na articulação sobre o Programa para identificarem e detalharem quais seriam estes pontos, como seria possível ajustá-los a fim de superar entraves, ou mesmo identificar se são pontos insuperáveis etc.

2.2.5 - Diante desse quadro, alguns órgãos da CIAPO, como o MAPA, defenderam que fosse feito o esforço de retomar o GT Agrotóxicos. Porém, no debate subsequente, definiu-se que há passos anteriores a serem encaminhados. Inclusive, a partir das agendas bilaterais previstas, há até a possibilidade de se definir entendimento comum já nessas agendas específicas, ou por outro lado, que se encaminhe para a retomada de uma instância técnica específica, por ex. o GT Agrotóxicos.

2.2.6 - Neste contexto, o Coordenador da SE-CIAPO esclareceu que haveria uma primeira agenda no dia 29 de junho de 2017, no próprio MAPA (formalizada a partir de ofício do Secretário José Roseno da SEAD/CC em resposta ao ofício do MAPA/SE, solicitando tal reunião), com presença dos demais órgãos (SEAD, SEGOV, MMA, MS). A articulação para esta agenda envolveu o Secretário José Dória, de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC), bem como o Diretor por ele designado para acompanhar tal articulação, Pedro Alves Corrêa, de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável (Depros).

2.2.7 - Vários membros da CIAPO enfatizaram a importância de participação da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), para além da SMC, pois a área da SMC responsável pelo diálogo no Planapo é a própria Coagre, que desde sempre foi uma parceira dentro do MAPA, inclusive como titular e suplente na CIAPO. Esta solicitação para envolvimento da SDA já havia sido feita ao Secretário da SMC, e deverá ser reforçada novamente pela SE-CIAPO.

2.2.8 - A partir das falas de representantes do MAPA, Anvisa e Embrapa, também se discutiu na CIAPO sobre a necessidade de desmistificar a possível visão ideológica de posições contrárias aos temas envolvidos no Pronara, para, ao invés, reforçar muito o caráter sobretudo técnico de cada eixo do programa. Argumentou-se que, se de um lado o apoio manifestado à época da articulação inicial sobre o programa por parte de organizações da sociedade civil teria sido importante até para não deixar o tema desaparecer da agenda, por outro este apoio ficou muito com esta pecha ideológica perante outros setores com os quais será preciso construir diálogo. A percepção dos representantes envolvidos é de que a objeção ao Pronara seja ainda incipiente em termos técnicos,

que na verdade o embasamento técnico seria frágil. Pois na época da rejeição inicial dentro da SDA/MAPA, não teria sido feita a análise do programa em si, mas só da justificativa.

2.2.9 - O Coordenador da SE-CNAPO, por sua vez, reforçou o cuidado que esta seja uma primeira apresentação junto aos atores do MAPA que estão se inserindo agora na articulação, trazendo imagem positiva sobre o programa, sem entrar ainda nos pontos mais técnicos. Também se cogitou na CIAPO a realização de uma reunião prévia de nivelamento entre os que participarão. O MS solicitou que a Diretora de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Daniela Buosi, atual titular daquele órgão, bem como o Coordenador Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, Daniel Cobucci, sejam incluídos nas comunicações específicas. E ainda, foi reforçado que a Embrapa também precisa ser envolvida nestas articulações bilaterais, em especial por seu papel fundamental no eixo 4 do Pronara.

3 - GTs e STs – instâncias CIAPO e CNAPO (+ Nomeações)

3.1 - O Coordenador da SE-CNAPO havia solicitado a inclusão do tema, a partir da manifestação de algumas das Subcomissões Temáticas vinculadas à CNAPO sobre a participação de órgãos governamentais. Em especial, foi demandado à CIAPO que se posicionasse especificamente em relação às demandas sobre 3 espaços institucionais: GT Monitoramento, GT Agrotóxicos, GT Programa Nacional de Bioinsumos.

3.2 - Complementando a inclusão do tema na pauta, a SE-CIAPO enviou antes da reunião material complementar contendo painel sobre a participação governamental nas duas instâncias de gestão da Pnapo, reforçando que a discussão sobre os 3 GTs específicos mencionados, bem como sobre outras instâncias novas ou já existentes, fosse considerada à luz do quadro atual de nomeações. A SE-CIAPO chamou a atenção para a necessidade de avançar na definição de indicações que efetivamente participam das STs e outras instâncias, de modo a fortalecer estes espaços, qualificar e potencializar a participação governamental e dividir gastos com passagens/diárias de maneira mais harmônica. Na reunião, o panorama serviu como base para avaliar a criação de novas instâncias conforme sugerido, sobretudo no caso da Cnapo, onde hoje já existem 8 STs (Conhecimentos, Insumos, Mulheres, Produção e Crédito, Produção Orgânica, Sementes, Sociobiodiversidade, Terra e Território) e previsão de alguns GTs, bem como avaliar a distribuição dos órgãos nessas instâncias e sub-instâncias. No entanto, a CIAPO não avançou em relação a temas sugeridos na mensagem complementar de convocação, tais como: definição de uma coordenação governamental das sub-instâncias; possibilidade de “padrinho” financeiro para cada ST; ou suporte para que, através de um único ofício, os órgãos já façam indicação dos nomes governamentais para todas as STs e GTs. Apesar da sugestão prévia da SE-CIAPO, estes temas não foram abordados de modo mais direto na 29ª reunião.

3.3 - A CIAPO acabou debruçando-se de modo mais direto sobre os 3 GTs mencionados:

(a) GT Agrotóxicos – Conforme encaminhamento do ponto imediatamente anterior, ficou definido que este GT – ou outro espaço de caráter técnico para trabalhar especificamente os pontos a serem debatidos e ajustados no Pronara – será convocado apenas após as articulações bilaterais iniciais com o MAPA e demais ministérios à frente desse processo, e se assim ficar estabelecido entre os integrantes enquanto caminho para “destravar” o trabalho de ajuste técnico, visando construir o entendimento comum sem desconfigurar o programa.

(b) GT Bioinsumos – Foi esclarecido que iniciativas do que compõe um futuro Programa Bioinsumos estão dentro do Planapo, dentro da meta 6, incluindo a iniciativa 1 desta meta, que trata da instalação de um GT “para, no prazo de até 6 meses, elaborar a proposta do Programa Bioinsumos”.

Porém, o MAPA, órgão responsável pela meta, esclareceu que hoje a área técnica (Coagre) sofre redução de sua equipe, e mesmo com a manutenção da meta e suas iniciativas, não tem no momento nenhum técnico que esteja à frente desta ação. Diante da exposição dessas limitações, seguiu-se debate de como poderia ser feita articulação que movimentasse outros órgãos para apoiar a implementação dessas iniciativas. Quanto à criação de uma instância específica, contudo, a CIAPO se posicionou contrária, sendo destacada a existência de uma ST Insumos que já tem se debruçado sobre tal programa, e que fortalecer o debate dentro desta instância já existente (paralelamente a montar um plano de ações bilaterais diretamente entre parceiros) seria mais eficaz que criar uma nova.

(c) GT Monitoramento – A partir de resgate dos trabalhos deste GT no âmbito da CIAPO, com foco em 3 frentes de trabalho (sistema de monitoramento em portal eletrônico, produção de indicadores, monitoramento territorial), debateu-se a possibilidade de retomá-lo, e vinculado a qual das duas instâncias.

Foi reforçado que nas atribuições das instâncias que constam do Decreto nº 7794/2012 que estabeleceu a Pnapo, à CIAPO cabe “apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do Planapo”, mas que cabe à CNAPO “acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos”. A SE-CIAPO fortaleceu que não deixará de atuar como já vem atuando junto aos órgãos da CIAPO, para compilação e sistematização de dados etc. Já a SE-CNAPO confirmou esta atribuição da CNAPO, e pontuou que a proposta de monitoramento territorial está incluída no plano. A questão que se coloca diz respeito a como operacionalizar esta função na CNAPO, de modo que seja de fato viável para a sociedade civil participar e se apropriar dos processos de monitoramento.

Conforme já havia sido explicado na 17ª plenária da CNAPO, em 18 de abril de 2017, a inclusão da base preliminar de dados compilados na pauta das STs se deu em prazo extremamente exíguo, a partir de pedido da Mesa Coordenadora no fim de março, e visando reanimar a dinâmica das sub-instâncias, o que acabou inviabilizando análise apropriada por parte dos representantes da sociedade civil (fator agravado pelo fato de que, embora o monitoramento tenha se dado sobre o plano atualizado, a própria CIAPO não havia avançado na consolidação unificada da atualização técnica, conforme ficou agora acordado – cf. ponto 2.1).

A respeito desta viabilização de participação da sociedade civil no monitoramento, houve sugestão de reuniões de trabalho menos espaçadas, pois apenas o encontro prévio colado às plenárias CNAPO foi avaliado como insuficiente para as tarefas previstas, exigindo possivelmente um espaço específico permanente e não apenas um GT. Também foi debatido o uso de tecnologias para suprir a dificuldade de realizar reuniões presenciais, tais como teleconferências, a partir do exemplo trazido pelo MS sobre o funcionamento de instâncias na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. O exemplo da Caisan também foi citado para debater como o monitoramento contribui à gestão governamental, a partir da análise dos dados que permite identificar o que é preciso destravar, onde rever prioridades político-administrativas etc.

Após debate, a CIAPO consensuou que o GT Monitoramento deve permanecer na CNAPO, e que não deve haver instância análoga na CIAPO.

3.4 - Além da demanda sobre os 3 GTs, a SE-CNAPO encaminhou solicitações de STs sobre a participação de instituições governamentais em suas reuniões, notadamente STs que formalizaram estas solicitações quanto a representações específicas. Ficou acordado que a SE-CNAPO remeteria estas solicitações, mais as de outras STs que eventualmente ainda enviassem, para que a SE-CIAPO

pudesse remeter comunicações oficiais aos respectivos órgãos solicitando a formalização de indicações de nomes que acompanharão cada instância.

3.5 - Com relação às nomeações, também com base no painel preparado pela SE-CIAPO, foi informado que no caso dos órgãos previstos oficialmente no Decreto nº 7794/2012, a CIAPO está com todas as nomeações em dia, com exceção do caso do extinto MPA (e no caso dos chamados órgãos “convidados”, que não constam como membros na composição do Decreto, mas que vêm participando ativamente do colegiado, todos também enviaram suas nomeações, com exceção da Embrapa, que no momento passa por alteração na gestão).

3.6 - No caso da CNAPO, a SE-CNAPO informou que alguns órgãos ainda precisam oficializar suas nomeações (mas não indicou quais).

4 - Situação - Regimento Interno CIAPO

4.1 – Foi informado pela SEAD/CC que a minuta do Regimento Interno foi encaminhada após as contribuições da CIAPO, e atualmente encontra-se em debate interno junto à Consultoria Jurídica do órgão sobre melhor forma de encaminhamento.

5 - Reunião Mesa Coordenadora CNAPO 27/6

5.1 – Foi informado pela SE-CNAPO quais as pautas já demandadas para a reunião seguinte da Mesa Coordenadora, no dia 27 de junho, incluindo demandas que a SEAD/CC apresente os encaminhamentos recentes sobre a Atualização Técnica e Monitoramento do Planapo (enquanto SE-CIAPO), bem como aborde os temas das chamadas de ATER e do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Além disso, estão previstos informes da FBB sobre o edital Ecoforte e do MPOG sobre o novo formato de “monitoramento tempestivo” do PPA, a partir da retomada do Interconselhos, onde será demandado à CNAPO que escolha 5 prioridades do PPA para este monitoramento.

5.2 - A Anvisa solicitou que fosse levado à Mesa proposta sobre a situação das lacunas de regulação sanitária que têm impactado outros tipos de ação na ponta, para mapeamento de gargalos e ações conjuntas, sobretudo para acompanhamento no âmbito da ST Produção.

5.3 - O MMA solicitou que fosse incluído informe sobre a Oficina de Diretrizes Voluntárias de Políticas Agroambientais. E também informou que a ST Sociobiodiversidade solicitou que fosse feita apresentação sobre o projeto de cooperação internacional com a agência alemã GIZ, porém a SE-CNAPO esclareceu que esta demanda poderá ser construída diretamente com a Coordenação da ST, não precisando passar pela Mesa Coordenadora.

6 - Congresso Brasileiro de Agroecologia 2017

6.1 - Foram feitos informes sobre os apoios via TED previstos ao CBA por parte da SEAD/CC e MAPA. Porém no caso do stand institucional da própria CIAPO, embora tenha havido a previsão junto à Comissão Organizadora a partir de conversa inicial com a Coagre/MAPA, não haveria ainda ator diretamente à frente dessa articulação para encaminhar, inclusive operacionalmente. A proposta da organização do CBA foi de um stand compartilhado – informação posteriormente confirmada de espaço de 24 m² –, ao invés de stands individuais.

6.2 - O MCTIC informou que tem know-how de montagem, até por conta da organização anual da feira de C&T, e que tem ata de registros ainda ativa para contratação dos itens previstos nesta montagem.

6.3 - Como encaminhamento sobre o espaço institucional da CIAPO, ficou definido que a SEAD/CC coordenará o processo de concepção e montagem do espaço, dialogando com a Comissão Organizadora bem como com os parceiros do MCTIC que ofereceram a experiência nessa logística. O processo de construção desse espaço compartilhado será devidamente socializado com os demais membros da CIAPO nos canais usuais do colegiado.

7 - Seminários Regionais de Agroecologia e Produção Orgânica

7.1 - Foi confirmado que o próximo Seminário de Agroecologia e Produção Orgânica acontecerá na região Sudeste, em Campinas/SP, nos dias 29 e 30 de agosto de 2017, tendo sido novamente reforçado junto aos membros da CIAPO a necessidade de empenho de todos no acompanhamento do seminário e também para aporte de recursos visando sua realização.

7.2 - Quanto ao Seminário da Região Sul, já realizado, foi informado que o relatório final de sistematização está em processo de fechamento.

LISTA de ANEXOS à Memória 29ª Reunião CIAPO:

- **ANEXO 1** - Lista de Presença 29ª reunião
- **ANEXO 2** - Documento de consolidação da Atualização Técnica do Planapo
- **ANEXO 3** - Planapo atualizado 2017 (pós ajustes acordados na 29ª reunião)
- **ANEXO 4** - Ofício 450/2017 – SE/MAPA.